

INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESIGUALDADE NA ECONOMIA CAPIXABA

Diogo Dias Breda

Mestrando PPGeco-Ufes

diogobreda_ddb@yahoo.com.br

Edileuza Vital Galeano

Doutora em Economia-Uff e Professora colaboradora PPGeco-Ufes

edileuzagaleano@hotmail.com

Área: História econômica e Social

Resumo: Este artigo tem por objetivo abordar a evolução e a integração da economia capixaba avaliando a questão da concentração produtiva e desigualdade entre as regiões do estado. São apresentados os principais aspectos que caracterizam a economia capixaba e que vêm sendo destacados pela literatura econômica relacionada. Evidencia-se a desigualdade e a concentração da atividade produtiva em poucos municípios litorâneos, que é acompanhada por marcadas diferenças na qualidade de vida da população, onde municípios litorâneos apresentam melhores indicadores sociais em relação aos municípios interioranos.

Palavras-Chave: Integração Econômica. Concentração Produtiva. Desigualdade. Renda.

1 Introdução

Embora esteja localizado próximo aos três principais estados do Brasil conformando a região mais próspera do país, o estado do Espírito Santo não goza de uma posição de destaque no cenário nacional, e com frequência passa despercebido no grande mapa do Brasil. Com uma população de 3,5 milhões de pessoas (Censo 2010) o “primo pobre” do sudeste ocupa 0,53% do território do país e contribui com apenas 2,2% do PIB nacional (2010), ocupando a 11ª colocação entre os estados brasileiros, enquanto São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais ocupam respectivamente as três primeiras colocações.

Como possíveis causas do relativo atraso da economia capixaba emergem àquelas relacionadas à herança histórica do estado. Sendo assim o objetivo deste artigo será o de levantar os principais aspectos que caracterizam a economia capixaba e que vêm sendo destacados pela literatura econômica relacionada ao estado. Para compreender a inserção e a atual dinâmica da economia capixaba no contexto nacional, recorre-se primeiramente à uma análise, não exaustiva, de sua evolução histórica. Num segundo momento, o artigo passará a abordar questões de desigualdade intraestadual.

Além desta introdução, o artigo está dividido nas seguintes seções: A seção 2 aborda os antecedentes da industrialização e integração da economia Capixada. A seção 3 aborda a questão da Desigualdade Intra-Estadual no Espírito Santo. Por fim na seção 4 têm-se as considerações finais.

2. Antecedentes à Industrialização e Integração da Economia Capixaba

Em 23 de maio de 1535 Vasco Fernandes Coutinho e cerca de 60 homens desembarcam na capitania do Espírito Santo para dar início ao empreendimento de colonização. No entanto, até meados do século XIX o território permaneceria isolado e pouco habitado, com concentração territorial predominantemente litorânea. Duas são as causas comumente encontradas na literatura que explicam o fato de um território de ocupação relativamente antiga permanecer por tanto tempo às margens da dinâmica econômica nacional. A primeira refere-se à obstáculos na interiorização da capitania, conforme Bittencourt (1987 p. 31-32):

As tentativas de penetração esbarraram em obstáculos, para a época, intransponíveis; os tapuias, que na capitania de Coutinho ainda não haviam sido empurrados para o interior e que, aliados à densa floresta tropical e os rios encachoeirados, a poucas léguas do litoral, impediam a interiorização.

Soma-se ainda a descoberta de ouro na colônia que, paradoxalmente, para o Espírito Santo, representou um empecilho ao crescimento econômico. Com a descoberta da nova riqueza, o Espírito Santo constituir-se-ia na “barreira verde” que protegeria as terras ricas em metais preciosos. Terras estas que se respeitadas as dimensões territoriais contempladas na carta de doação à Vasco Coutinho, pertenceriam à capitania do Espírito Santo (BITTENCOURT 1987 p. 46). Segundo Bittencourt (1987 p. 46) Com a nova configuração territorial restou ao Espírito Santo um diminuto território, hoje correspondente a 0,53% da superfície brasileira. O Autor sentencia:

Dessa maneira passou o século XVIII, com a capitania, como que transformada em posto militar, isolada da exploração do seu próprio território, apesar do episódio das minas de Castelo, espremida nos limites litorâneos, tanto pela floresta indevassável como proibida pelos governos metropolitanos que procuravam exaurir os meios de defesa aos lucros advindos da atividade mineradora (BITTENCOURT 1987 p. 47-48).

Até meados do século XIX a atividade econômica do Espírito Santo baseou-se na cultura da cana de açúcar, que conforme ressaltado por Oliveira *et al* (2011 p. 7) vivia um quadro de estagnação permanente, devido principalmente aos preços internacionais desfavoráveis. Ademais, em 1820 existiam apenas 60 engenhos de cana de açúcar e 66 destilarias no Espírito Santo (Saint-Hilaire *apud* Bittencourt 1987 p. 53). Para Bittencourt

(1987 p. 53) a estrutura “não devia ser mais do que meras engenhocas”, uma vez que a produção anual não ultrapassava as 150 caixas de 45 arrobas. Dessa forma, em 1820:

A população não ultrapassava 24 mil pessoas, concentradas ainda no litoral, que ocupavam em densidade aproximada de 150 habitantes por légua quadrada. O interior capixaba era um vazio demográfico a que não ousavam ocupar os luso-brasileiros, pelo temor aos indígenas, segundo Saint-Hilaire (BITTENCOURT 1987 p. 54).

O Espírito Santo se valeu do “boom” cafeeiro no país a partir de meados do século XIX. A propagação da cultura do café do Rio de Janeiro em direção ao norte encontrará no solo capixaba, a disponibilidade de uma vasta área ainda por desbravar. Dentre os impactos do crescimento da cafeicultura no Espírito Santo, Bittencourt (1987 p. 77) destaca o desbravamento das florestas ainda virgens – inicialmente no sul e centro da província capixaba, mas alcançando até mesmo São Mateus no extremo norte – o aumento da imigração e fixação do imigrante europeu, a construção de estradas e caminhos vicinais, a navegação regular a vapor e a implantação da ferrovia. Dessa forma, com a expansão da atividade cafeeira no Espírito Santo se rompe os vários anos de letargia da economia capixaba:

O Espírito Santo, podemos afirmar, teve na cafeicultura uma vereda para sua viabilidade e salvação do marasmo em que vivera na maior parte do nosso processo histórico. A receita provincial, que em 1870 era calculada em rs. 235:099\$661, subiu a rs. 1.804:827\$535 em 1878, e apesar das oscilações a que estará atrelada devido a dependência da monocultura, restará um saldo favorável no Estado, que se esforçará posteriormente pela industrialização (BITTENCOURT 1987 p. 89-90).

Logo, a cafeicultura ocuparia posição de destaque e permaneceria, até meados do século XX, como principal atividade econômica estadual, responsável pela geração da renda interna e pela arrecadação pública. Além disso, a expansão cafeeira no Espírito Santo ao permitir a ocupação e a constituição de núcleos populacionais no interior do estado imprimiu a este um tipo específico de urbanização, a qual Buffon (1992 p. 330-331) qualificou como sendo fraca, amplamente disseminada pelo território e relativamente concentrada na capital. Fraca porque a maioria da população se encontrava produzindo no campo e organizada sob a forma da pequena propriedade familiar, a qual não logrou desenvolver os mercados de trabalho e de bens – como supostamente ocorreria caso a atividade cafeeira se organizasse como um complexo econômico. Dispersa, porque apesar da capital concentrar um número significativo e crescente da população, a atividade cafeeira fez emergir os núcleos urbanos por quase todo o estado, segundo Buffon (1992, p. 331): “poucos são os núcleos urbanos atuais que não guardam relação íntima com a cafeicultura”. Para Macedo (2002 p. 21), o café, como principal atividade econômica no período anterior a 1960 foi o principal responsável pela ocupação da mão de obra, e teve o mérito de organizar o mercado de trabalho,

desempenhando papel importante na distribuição espacial capixaba¹. Ademais, a atividade cafeeira ao polarizar os investimentos naquela época determinava também, a dinâmica do setor secundário e terciário, uma vez que o beneficiamento e comercialização do café permitiam ganhos de renda tanto na pequena estrutura industrial, bem como no setor de serviços.² Dessa forma, o crescimento econômico do estado do Espírito Santo, pelo menos até a primeira metade do século XX, estava atrelado ao desempenho de sua atividade principal, o café. Destarte, o Espírito Santo desenvolveu um tipo de economia primário-exportadora, ou seja, seu desempenho estava sujeito às vicissitudes dos preços internacionais, sendo, portanto, sua dinâmica determinada exogenamente. Dessa forma, o crescimento da economia capixaba se assemelhava ao modelo existente no país até as primeiras décadas do século XX (MACEDO 2002 p. 21). No entanto, devido às especificidades da estrutura produtiva cafeeira presentes no estado, a atividade cafeeira no Espírito Santo – diferentemente de outras regiões, como em São Paulo – não logrou fomentar as bases para a mudança e desenvolvimento de uma estrutura produtiva mais moderna e diversificada. Para Macedo (2002) o baixo dinamismo da atividade cafeeira no Espírito Santo se deve às características em que as relações de produção se assentavam. A produção baseada na pequena propriedade familiar, com baixo assalariamento da força de trabalho, além da dispersão das propriedades fundiárias e a pulverização do capital comercial inviabilizaram a centralização e acumulação de capital em montante suficiente que permitisse que fossem canalizadas para outras atividades. A estrutura produtiva cafeeira da forma como se apresentava não permitia que se vislumbrasse uma alternativa para o surgimento de atividades mais dinâmicas e modernas. Como observado por Macedo (2002), pelo fato de o café ser, praticamente, a única atividade agrícola de caráter mercantil que permitia alguma monetização, era também a única a permitir uma espécie de renda extra à economia de subsistência. Dessa forma, em frente às crises provocadas pelos preços internacionais desfavoráveis, a estrutura produtiva familiar vigente se adequava

¹ Rocha e Morandi (1991 p. 47-48) com dados da Secretaria da Agricultura do Espírito Santo e do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal do Espírito Santo, afirmam que em 1960 (quando a atividade cafeeira já não vivia seu auge devido aos preços internacionais desfavoráveis) cerca de 68% da População Economicamente Ativa (PEA) do estado estava empregada no setor agrícola, sendo a lavoura cafeeira responsável por 80% da ocupação nesse setor. Ademais, no que tange a renda interna gerada diretamente pela atividade cafeeira, se em 1950 a participação correspondia a 32,4% da renda estadual, em 1960 o valor chegara a 22%.

² Rocha e Morandi (1991 p. 48) destacam a influência do café na indústria de transformação. Em 1949, por exemplo, o subgênero beneficiamento, torrefação e moagem de produtos alimentares (que era composto primordialmente pelo beneficiamento de café), representava 60,9% do valor da produção total da indústria de transformação.

diminuindo a produção cafeeira e aumentando o trabalho na lavoura de subsistência, sem, portanto, modificar a estrutura interna da propriedade. Segundo o autor:

Isso recrudescia o baixo dinamismo da produção capixaba, na medida em que não se gestavam alternativas para a importância crescente desse produto para a economia estadual, criando um círculo vicioso que não poderia ser rompido dentro da estrutura baseada em pequenas propriedades familiares, com baixo nível de assalariamento e técnicas mais atrasadas de produção (MACEDO 2002 p. 20).

Dessa forma, conforme destacado por Siqueira (2001 p. 39), se no Brasil, na década de 1950, as relações de produção capitalista já predominavam – sobretudo na atividade cafeeira nos estados da região sudeste – no Espírito Santo, apesar de o estado compor a região sudeste e ter o café como atividade nuclear da economia, ainda predominava a relação de produção familiar, desenvolvida na pequena propriedade. Esse cenário relegava o Espírito Santo ao conjunto de regiões com pouca expressividade em âmbito nacional. Siqueira (2001 p. 36) sintetiza a posição periférica do estado assim:

(...) Talvez pela sua inexpressiva força política dentre as demais unidades do país, o estado passava despercebido no grande mapa do Brasil e nas decisões da política econômica nacional. Constituíra, entretanto, uma área crítica, cujos problemas econômicos e sociais tendiam a se agravar no decorrer do tempo.

Ficava em uma situação indefinida e desfavorável, entre a prosperidade sulista e a pobreza nordestina. Da mesma forma, não participava da capitalização do sul nem das reivindicações do nordeste. O isolamento em que estava colocado e a ausência de infraestrutura disponível não lhe propiciavam condições de crescimento. A economia era estagnada e seus índices de evolução eram pequenos em relação às médias no país.

Foi somente com a crise da cafeicultura, a partir da década de 1950, que o Espírito Santo encontrou as bases para o crescimento industrial e diversificação produtiva, deixando o isolamento de lado e se integrando, mais efetivamente, à dinâmica econômica nacional. A década de 1960 ficou conhecida então como o “marco na reorganização interna das atividades produtivas no estado” (MACEDO 2002 p. 22).

2.1 Industrialização e Integração da Economia Capixaba

A atividade econômica no Espírito Santo que até meados do século XX girava em torno, quase que exclusivamente, da cultura, beneficiamento e exportação de café, encontra, primordialmente, na década de 1960 as bases para a diversificação e crescimento da produção industrial. Dois acontecimentos são destacados por Rocha e Morandi (1991, p. 83) como fatores que contribuíram para a 1º fase do novo ciclo de desenvolvimento da economia capixaba que vai de 1960 a 1975³. O primeiro foi a implementação do Plano de Metas a partir

³ Caçador e Grassi (2009) adotam a seguinte periodização: 1º ciclo: caracterizado pela predominância da cafeicultura. Compreende o período que vai de meados do século XIX até a década de 1950; 2º Ciclo: ciclo da

de 1956. O ambicioso Plano que objetivava consolidar a base produtiva da indústria nacional teve impacto na economia capixaba, principalmente na década de 1960 quando os principais projetos entraram em atividade⁴.

O segundo fator foi a crise da cafeicultura devido às supersafras verificadas na segunda metade da década de 1950. Em 1962/63 os preços internacionais do café atingiram níveis críticos. Esse cenário motivou a adoção de uma nova política cafeeira em âmbito nacional, posta em prática pelo Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura (GERCA). Tal política culminou na erradicação de cafezais considerados antieconômicos, em troca de significativa indenização por cova erradicada. O impacto dessa política no Espírito Santo, onde a cafeicultura era predominantemente formada pela pequena propriedade de base familiar, se por um lado gerou uma grave crise social, por outro, ao tornar essa atividade menos atrativa, abriu espaço para atividades alternativas.⁵ Macedo e Magalhães (2011) assim como Buffon (1992) destacam que mesmo antes da crise na cafeicultura já se tinha a consciência de que o predomínio do café como atividade nuclear do estado impedia a diversificação e o desenvolvimento de sua economia. O relativo atraso capixaba frente aos estados mais desenvolvidos – que na época apresentavam altas taxas de crescimento puxadas pela industrialização – evidenciava a necessidade de reorganização das atividades produtivas do estado. Não por acaso a década de 1960 assistiu a criação de um importante aparato institucional de incentivo à industrialização, destaca-se, além da criação do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) em 1969, o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (FUNRES) administrado pelo Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (GERES), ambos criados pelo decreto-lei nº 880 de 18/09/1969 (ROCHA & MORANDI 1991, p. 46). Soma-se ainda aos fatores já citados, a expansão dos mercados consumidores urbanos nos estados vizinhos e no próprio

industrialização. Compreende uma primeira fase (1960-1975) caracterizada pelo crescimento ‘industrial puxado por empresas locais de pequeno e médio porte. A segunda fase (1975-1990) tem o crescimento industrial baseado na operação de grandes empresas produtoras de *commodities* (“Grandes Projetos”); 3º ciclo: caracterizado pela diversificação das atividades econômicas, porém ainda com predomínio dos setores exportadores de *commodities* (a partir de 1990).

⁴Os recursos alocados por este plano para insumos básicos e transportes contemplavam investimentos no Espírito Santo com a ampliação da Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) que começou a operar em 1963, e da fábrica de cimento de Cachoeiro de Itapemirim; e na construção de trechos da BR 101 e da BR 261 como parte do projeto de integração do mercado nacional (PEREIRA, 1996, P. 148).

⁵ Destaca-se a extração madeireira que embora já apresentasse certa importância antes da crise, expandiu-se de forma significativa apenas após a erradicação dos cafezais. E a pecuária bovina.

estado do Espírito Santo, cujo movimento migratório em direção à região de Vitória foi suscitado pela própria crise da cafeicultura. Rocha e Morandi (1991, p. 57) estimaram que o desemprego atingiu 60 mil pessoas e que 240 mil pessoas foram afetadas pela política de erradicação dos cafezais, das quais grande parte migrou para a região de Vitória. Contribuiu ainda, para o efeito polarizador exercido pela cidade de Vitória na época da crise, a implantação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na década de 1940. Destarte, com a crise da cafeicultura tem-se a desestruturação do padrão urbano proporcionado pelo café, o qual foi definido por Buffon (1992) como sendo fraco e disperso, e assiste-se o início de uma mudança para um padrão urbano industrial altamente concentrado em Vitória e cidades vizinhas, padrão este que foi reforçado com o advento dos “grandes projetos” na década de 1970. Conforme Buffon:

As transformações operadas ao nível da economia brasileira e seus respectivos desdobramentos na economia local, em presença de uma agricultara decadente, produziram um “precoce” inchamento urbano no Espírito Santo e acentuaram a concentração urbana em Vitória (BUFFON, 1992 p. 344).

Em suma, a crescente urbanização e o consequente aumento da demanda por bens industriais de consumo constituíram mercado para a nascente indústria local. Ademais, como sintetizado por Rocha e Morandi (1991, p. 87), a indústria de transformação – que apresentou taxa negativa de crescimento na década de 1950 devido à crise da cafeicultura, que detinha grande peso na indústria de transformação – entre 1959 e 1975 apresentou crescimento superior a 15%, tendo ocorrido grande expansão em todos os gêneros, embora não se tenha verificado diversificação da estrutura industrial. De fato, os quatro principais gêneros em 1959 (Produtos Alimentares, Madeira, Minerais não Metálicos, Têxtil) representavam 74,51% do Valor da Transformação Industrial (VTI), enquanto em 1975 apenas o gênero têxtil foi substituído pela metalurgia no grupo dos quatro principais gêneros industriais, que ainda assim detinham 72,54% do VTI. A Tabela 1 apresenta a evolução dos 10 principais gêneros da indústria capixaba.

Se o período 1960-1975 inaugurou um processo de transição de uma economia agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial, onde o crescimento foi liderado principalmente por empreendimentos locais de pequeno e médio porte, apoiados por um aparato de financiamentos e incentivos fiscais e tendo sido a diversificação econômica entre os setores industriais quase nula. O período 1975-1990 marca a 2º fase do novo ciclo de crescimento da economia capixaba, este, por seu turno, caracterizado por uma nova dinâmica no processo de acumulação, dessa vez, liderada pelo grande capital, de origem estatal e

privado, tanto de grandes grupos nacionais como estrangeiros, implantados, sobretudo no litoral do estado Segundo Rocha e Morandi (1991, p. 95) a diversificação econômica consistiu em característica importante dessa fase.

A expansão industrial que na primeira fase do segundo ciclo foi liderada pelo crescimento em setores tradicionais (produtos alimentares, madeira, têxtil e minerais não metálicos) na segunda fase passa a ser capitaneada por gêneros industriais relativamente modernos que até então haviam tido pouca expressão. A metalurgia, a mecânica, a química e material de transporte lideraram o crescimento industrial nesse período, ressalta-se ainda a indústria extrativa mineral, com a exploração do mármore e a pelotização do minério de ferro. Entre 1975 e 1980, a indústria de transformação cresceu a taxa média de 11,5%. Com o advento dos “grandes projetos” especializados na produção de bens industriais semi-elaborados voltados para a exportação, o Espírito Santo consolidaria a passagem de uma economia primário-exportadora para industrial-exportadora⁶. No entanto, as características desses investimentos e a produção voltada estritamente para o mercado externo tornavam a integração produtiva desses projetos com a estrutura industrial local muito baixa (MACEDO 2002; PEREIRA 1996). Macedo (2002, p. 57) sobre os baixos efeitos de encadeamento desses investimentos com a estrutura local afirma que:

No geral, eles atuaram muito mais pelo lado do aumento da massa salarial, a partir dos empregos gerados diretamente em suas plantas ou indiretamente pela formação de um mercado de trabalho das empresas prestadoras de serviços, do que pela integração produtiva com a estrutura local.

⁶ Os “Grandes Projetos” como ficaram conhecidos, compreendem a implantação da Aracruz Celulose que entrou em operação em 1979, instalação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) em 1983, instalação de cinco usinas de pelotização de minério de ferro entre 1969 e 1979, instalação da usina de pelotização da SAMARCO no município de Anchieta em 1978 além da construção de seu porto (Ubu) e de um minério-duto (MACEDO, 2002; p. 53).

Tabela 1 - Os 10 Gêneros com maior Participação no VTI no ES 1959-2010

1959		1975		1990		2010	
Gêneros	%	Gêneros	%	Gêneros	%	Gêneros	%
Indústrias Extrativas	3,89	Indústrias Extrativas (Extração de Minerais)	2,61	Indústrias Extrativas (Produtos Minerais)	27,83	Indústrias Extrativas (Produtos Minerais)	54,56
Indústrias de Transformação	96,11	Indústrias de Transformação	97,39	Indústrias de Transformação	72,17	Indústrias de Transformação	45,44
Produtos Alimentares	28,23	Produtos Alimentares	23,77	Produtos Alimentares	14,72	Metalurgia	9,78
Madeira	25,42	Metalúrgica	16,52	Metalúrgica	14,4	Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	7,59
Minerais não Metálicos	11,43	Madeira	16,13	Papel e Papelão	12,13	Fabricação de Produtos de Minerais não Metálicos	7,41
Têxtil	9,43	Transformação de Produtos de Minerais Não Metálicos	16,12	Têxtil	6,5	Fabricação de Produtos Alimentícios	6,95
Mobiliário	4,78	Material de Transporte	5,20	Minerais não-Metálicos	5,8	Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	3,00
Metalúrgica	3,53	Vestuário, Calçado e Artefatos de Tecidos	2,87	Química	5,15	Extração de Minerais não Metálicos	1,62
Editorial e Gráfica	2,93	Mobiliário	2,70	Mecânica	3,59	Fabricação de Máquinas e Equipamentos	1,60
Vestuário, Calçado e Artefatos de Tecidos	2,37	Mecânica	2,60	Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	3,08	Manutenção, Reparação de Máquinas e Equipamentos	1,56
Bebidas	2,11	Editorial e Gráfica	2,55	Bebidas	1,9	Fabricação de Produtos Químicos	1,47
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	1,50	Têxtil	2,40	Mobiliário	1,42	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,15
Outros gêneros	4,38	Outros gêneros	6,53	Outros gêneros	3,58	Outros gêneros	3,31

Fonte: IBGE – Censos Industriais do Espírito Santo (para 1959 e 1975); IBGE – PIA (para 1990 e 2010).

Não obstante, conforme ressaltado por Rocha e Morandi (1991, p. 94) a fase dos “grandes projetos” – comandados pelo grande capital oriundo de grupos estatais e privados, nacionais e estrangeiros – mesmo que marcado pela baixa integração com a estrutura industrial local, teve como resultado a transformação do Espírito Santo em um “espaço de reprodução do grande capital”. Foi dessa forma, que a economia capixaba se integrou definitivamente à dinâmica da economia brasileira. Segundo os autores:

As decisões de investimento passaram a depender menos da dinâmica da economia estadual e mais da dinâmica da economia brasileira e do planejamento estratégico dos grandes grupos privados e estatais. Suas decisões são baseadas em macropolíticas e procuram sancionar os objetivos e diretrizes da política econômica federal (ROCHA e MORANDI, 1991 p. 94).

No que tange ao cenário interno, Macedo e Magalhães (2011, p. 95) destacam como fatores que moldaram a forma como o Espírito Santo se integrou à dinâmica nacional, a integração do mercado nacional promovida pela industrialização puxada pelo estado paulista, no período pós 1950. E o consequente aumento da urbanização que propiciou ao estado capixaba se valer da proximidade com os grandes mercados consumidores do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais) para atender a demanda crescente por bens de consumo leves. Além disso, assistiu-se a evolução de arranjos produtivos locais importantes principalmente para a economia dos municípios do interior do estado, como o de rochas ornamentais (Cachoeiro de Itapemirim e Nova Venécia), confecções (Colatina e São Gabriel da Palha), moveleiro (Linhares) e metal-mecânico. Nas palavras dos autores, resume-se a integração internacional e nacional capixaba assim:

De um lado, ele é atualmente locatário de empresas de grande porte que se articulam diretamente ao mercado externo, beneficiando-se de suas boas condições de logística apoiadas em uma grande infraestrutura ferro-rodoviária. Essas empresas têm suas lógicas de acumulação e de crescimento atreladas ao movimento da economia internacional e nas quais os atores locais pouco ou nada podem interferir. Por outro, possui um conjunto de pequenas e médias empresas integradas ao mercado interno. Destacam-se os segmentos de rochas ornamentais, de bebidas e alimentos, de confecções e de móveis. Em comum, o fato de todos terem nos estados próximos seus principais mercados. Ademais, podem ser classificados como produtores de bens-salários, portanto, dependentes de rendas das famílias e diretamente afetados pelas condições internas da economia brasileira (MACEDO e MAGALHÃES 2011, p. 95).

No que tange ao aspecto da distribuição espacial da atividade econômica, se o período que compreende a primeira fase do segundo ciclo da economia do Espírito Santo (1960-1975) foi marcado pelo início de um processo de mudança do padrão urbano capixaba – do padrão fraco e disperso imposto pelo café para um padrão urbano industrial concentrado em Vitória. A fase dos “grandes projetos” foi responsável por reforçar o referido processo.

Com o apoio do governo estadual na divulgação das vantagens locacionais do Espírito Santo, os “grandes projetos”, que se constituíam em grandes estruturas especializadas na produção de *commodities*, voltada primordialmente para exportação, acabaram sendo atraídos para o litoral do estado, sobretudo para a região de Vitória e municípios vizinhos. Além disso, a magnitude dos investimentos realizados teve em vista assegurar a competitividade dos novos empreendimentos em nível internacional, dessa forma a enorme escala dos “grandes projetos” contribuiu para intensificar o movimento migratório do campo para região de Vitória reforçando a aglomeração urbana (SIQUEIRA 2011).

A partir da década de 1990, com o aumento das importações – resultante da política de abertura comercial e estimuladas pelo Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP) – houve um salto qualitativo nos serviços relacionados ao comércio exterior do estado. Não por acaso o Espírito Santo, geralmente, figura como o estado com maior abertura comercial do país (PEREIRA e MACIEL, 2010)⁷. Outra característica digna de destaque nesse período é o renascimento da atividade de extração de petróleo e gás, na segunda metade da década de 1990. A indústria extrativa que já apresentava trajetória ascendente desde a época da maturação dos grandes projetos – principalmente devido aos investimentos nas usinas de pelotização da CVRD na década de 1970 – em 2010 aparece com 54%. Destaca-se também a atuação da empresa Vale na extração de minerais metálicos.

Para Caçador e Grassi (2009, p. 5) a principal característica do terceiro ciclo da economia capixaba que se inicia na década de 1990 é a diversificação das atividades produtivas. No entanto, os autores constatarem que a despeito da diversificação ocorrida na década de 1990 a produção industrial capixaba, reforçou sua dependência dos setores produtores de *commodities*. Os autores demonstram que 53,5% do Valor da Transformação Industrial (VTI) estavam concentrados na produção de *commodities* no ano de 1996. Em 2005 o valor chegara a 76,6% do VTI⁸. Na tabela 1 pode-se notar o aumento exponencial da participação das indústrias extrativas no total do VTI, que atingiu 54,56% em 2010.

⁷ Magalhães e Toscano (2010a) mostram que o grau de abertura da economia capixaba no período 2004-2009 foi, em média, cerca de 49%, representando uma abertura da economia duas vezes maior que abertura comercial nacional. Além disso, os autores constatarem que as exportações possuem maior importância relativa frente às importações, uma vez que possuem maior participação no PIB estadual. E ainda que no período 2004-2008 o aumento do grau de abertura do estado (37%) foi maior que o verificado em termos nacionais (6%).

⁸ São considerados nos setores produtores de *commodities* as seguintes atividades: extração de petróleo e serviços relacionados; extração de minerais metálicos; fabricação de papel e celulose; metalurgia básica; fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e fabricação de álcool; extração de carvão mineral.

Outro problema a ser destacado é o alto grau de concentração existente na pauta de exportação e importação capixaba. Magalhães e Toscano (2012), ao analisarem o período de 1997-2011, constatarem que os dez primeiros bens da pauta representam 90% do valor exportado pelo estado. Além disso, bens com baixo grau de sofisticação tecnológica como minério de ferro, aço e celulose representam 69% das exportações. Os autores chamam a atenção para a possível fragilidade de longo prazo inerente ao modelo de desenvolvimento verificado no estado. A grande dependência de *commodities* pode indicar uma possível fragilidade da economia capixaba quando analisada no contexto internacional, principalmente devido ao impacto que a oscilação dos preços desses bens pode causar na economia do estado.

A forma pela qual o Espírito Santo se integrou à dinâmica nacional e internacional possibilitou ao estado capixaba ostentar crescimento econômico acima da média nacional por várias décadas. No entanto, Caçador e Grassi (2013) chamam a atenção para um aspecto contraditório da economia capixaba. Se por um lado o crescimento econômico do estado ao longo dos anos foi acompanhado por melhorias sensíveis na qualidade de vida da população, sendo os resultados traduzidos em indicadores socioeconômicos equivalentes aos dos estados mais desenvolvidos do país. Por outro, no que tange os indicadores relacionados ao desenvolvimento de conhecimento, como em ciência, tecnologia e inovação (patentes, artigos científicos, pesquisadores) o estado apresenta resultados que o coloca no grupo dos mais periféricos do país. Conforme destacado pelos autores, o Espírito Santo não faz parte do polígono que compreende as economias mais dinâmicas do país, e que apresentam melhor adaptação à economia do conhecimento (o polígono inclui áreas de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Considerando-se a importância que investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) possuem, principalmente por propiciarem o desenvolvimento econômico por meio de inovações tecnológicas. E tendo em vista o atual estágio de investimento em CT&I no estado do Espírito Santo, Caçador e Grassi (2013, p. 129) põem em dúvida o dinamismo da economia capixaba no futuro, quando a expansão da produção de *commodities* encontrar seus limites. Ainda assim, os autores ressaltam que há espaço para o Espírito Santo avançar nas políticas públicas para CT&I e alcançar resultados positivos.

A seção seguinte irá abordar a questão da desigualdade entre as regiões capixabas.

3 Desigualdade Intra-Estadual no Espírito Santo

Em um estudo sobre pobreza no Espírito Santo, Barros *et al* (2010) constatam que nas duas décadas compreendidas entre 1988 e 2008 o crescimento econômico do Espírito Santo foi acompanhado pela substantiva redução tanto da pobreza bem como da desigualdade de renda. Nesse período a pobreza caiu de 50% para 15%, a extrema pobreza de 24% para 4% (tabela 2). Essa redução só não foi maior que a redução verificada no estado de Santa Catarina. Verifica-se ainda, nas duas décadas analisadas, crescimento em todos os estratos de renda, sendo o crescimento entre os segmentos mais pobres mais destacado, fato que contribuiu para a substantiva diminuição no grau de desigualdade na distribuição de renda, representando uma redução de 20% no coeficiente de Gini. Em nenhum outro estado da Federação a redução da desigualdade foi tão intensa.

Tabela 2 - Evolução dos indicadores de pobreza e distribuição de renda: Brasil, Sudeste, Espírito Santo

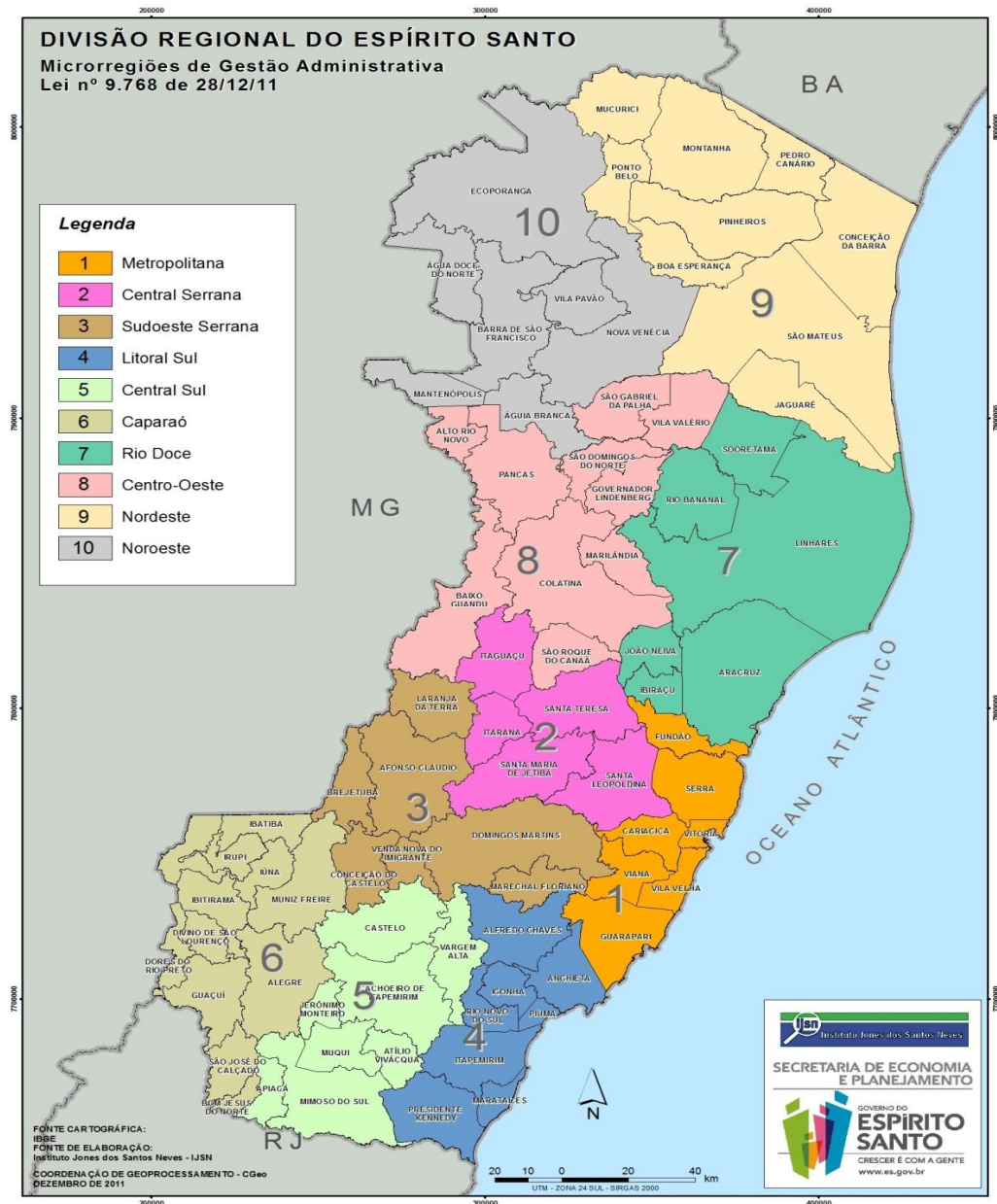
Indicadores	Brasil			Sudeste			Espírito Santo		
	1988	2008	2008 como % de 1998	1988	2008	2008 como % de 1998	1988	2008	2008 como % de 1998
% de pobres	47	25	54	31	15	48	50	15	30
% extremamente pobres	23	9	38	11	4	37	24	4	18
Coeficiente de Gini	0,61	0,54	89	0,57	0,51	90	0,65	0,52	79

Fonte: Barros *et al* (2010, p. 10) com dados da PNAD.

A despeito desse progresso, o Espírito Santo ainda apresenta um grau de desigualdade bem mais elevado do que praticamente todos os estados da região Sul e Sudeste do país (BARROS *et al.*, 2010). Os dados mostram que cerca de 500 mil pessoas (15% da população) ainda viviam em famílias pobres em 2008, com uma renda *per capita* domiciliar mensal inferior a R\$ 150. Além disso, conforme observado pelos autores, uma quantidade de pessoas quatro vezes maior detinha um volume de renda quatro vezes menor. Isto é, enquanto os 10% mais ricos detinham mais de 40% da renda, os 40% mais pobres possuíam um volume apenas

ligeiramente maior que 10%. Embora tenha apresentado uma queda significativa ao longo de duas décadas, o coeficiente de Gini, em 2008, ainda estava acima de 0,50, e maior que o coeficiente de Gini médio da região sudeste. O Mapa1 apresenta a divisão das regiões capixabas.

Mapa 1 – Microregiões de Gestão Administrativa do Espírito Santo



FONTE: Governo do Estado do Espírito Santo

O cenário de desigualdade no estado vem despertando o interesse de pesquisadores. Leite e Magalhães (2012) destacam a importância de se considerar a dimensão espacial na análise das desigualdades, principalmente em casos onde é alto o nível de desagregação da unidade de análise, como é o caso do estudo de disparidades entre municípios de um mesmo estado. Sendo assim, os autores empregam técnicas de Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) com o intuito de verificar a existência de padrões de dependência espacial entre medidas de PIB *per capita* dos municípios capixabas, considerando o período 1999-2007. Os autores constatarem a ocorrência de transbordamentos espaciais entre os municípios do estado. Ademais, os resultados apontam para a existência de disparidades entre municípios localizados no Norte ou Sul do Espírito Santo. Inclusive com as disparidades sendo reforçadas ao longo do período analisado, onde municípios da região noroeste tendem, em média, a crescer mais do que municípios localizados na porção sudoeste. Morandiet al (2012) analisam a hipótese de convergência de renda no estado do Espírito Santo para o período 2002 e 2007 levando em consideração os possíveis efeitos de transbordamento entre medidas de PIB *per capita* resultantes da interação espacial dos municípios capixabas. Os autores constatarem que, para o longo prazo, há um desequilíbrio entre as classes de renda dos municípios capixabas com uma tendência de concentração de cerca de 72% dos municípios na classe mais baixa de renda. Segundo os autores, o movimento migratório causado pelo padrão espacialmente concentrador que marcou o crescimento da economia capixaba ao longo dos anos, não foi capaz de equalizar as taxas de crescimento econômico, gerando uma dinâmica de divergência da renda *per capita* entre os municípios.

Segundo Morandiet al (2012, p. 130) a divergência da renda *per capita* não surpreende, uma vez que o crescimento da economia capixaba ao longo dos anos está relacionado à recursos naturais, e nem todos os municípios os possuem. Recursos naturais, em parte, presentes até mesmo em outros estados, mas que se aproveitam da estrutura especializada montada no litoral do estado. Se por um lado os recursos naturais possibilitaram que o Espírito Santo apresentasse crescimento econômico acima da média nacional por vários anos, por outro, o baixo encadeamento à montante e à jusante das empresas relacionadas à esse setor contribui para que os ganhos socioeconômicos também se restrinjam à poucos municípios, refletindo na dinâmica da renda.

Nos resultados encontrados pelos autores, destacam o baixo dinamismo da microrregião do Caparaó, localizada no sudoeste do estado. Essa região apresenta histórica estagnação econômica, devido principalmente à pouca eficiência da atividade agrícola,

geralmente familiar, bastante influenciada pela oscilação sazonal da produção de leite e café. Em contraposição, no norte, muitos municípios apresentaram elevação do PIB *per capita* no período analisado, segundo os autores, devido principalmente ao crescimento da atividade petrolífera, do cultivo de eucalipto para produção de celulose, do cultivo de café, maracujá e mamão, bens que figuram na pauta de exportação desses municípios. Além dos melhores resultados provenientes da agropecuária, principalmente da criação de gado (MORANDI *et al*, 2012 p. 113, 114, 115).

Magalhães e Toscano (2010b) também buscam identificar padrões empíricos de crescimento econômico e convergência de renda ao longo do período 1999-2007. Os principais resultados encontrados pelos autores indicam uma alta concentração da renda entre os municípios do estado, não sendo verificado um padrão de σ -convergência. No que se refere a β -convergência, os autores também não encontram validade empírica para tal padrão de convergência entre municípios das microregiões capixabas. Entretanto, os autores fazem a ressalva para as regiões Noroeste, Caparaó e Pólo Linhares que apresentaram coeficientes estatisticamente significativos e os sinais esperados, apresentando a β -convergência. Os autores concluem ainda que, há grande diferença entre os níveis de crescimento econômico dos municípios capixabas e conseqüentemente grande diferença em relação ao número de anos necessário para que a renda *per capita* de cada município dobre.

Leite e Silva (2011) investigam a existência de transbordamento de medidas de pobreza e de desigualdade de renda entre municípios, levando em conta municípios de todos os estados que se localizam na região fronteira com o Espírito Santo⁹. Os autores encontram uma alta incidência de transbordamento de pobreza no extremo norte capixaba, Vale do Mucuri e sul da Baía com transbordamento ocorrendo em muitos municípios. Os autores também encontram incidência de pobreza nos municípios localizados na porção sudoeste do estado, embora com um menor efeito transbordamento nessa região. Os autores fazem a ressalva de que apesar do resultado encontrado, as referidas regiões passam por diferentes estágios de desenvolvimento, conforme observado no trabalho de Leite e Magalhães (2012), sendo necessários estudos futuros que procurem analisar se o maior crescimento dos municípios do norte foi capaz de mitigar a incidência de pobreza, e se o inverso ocorreu nos municípios da região sudoeste. Quanto a medidas de concentração de renda, os autores

⁹ No estudo, os autores utilizam as seguintes variáveis do IBGE: população em 2000; incidência da pobreza em 2003; e PIB *per capita* em 2007. Sendo a variável incidência de pobreza obtida considerando a proporção da população do município que não tem acesso a uma cesta mínima de bens necessários à sua sobrevivência.

verificaram, diferentemente da análise da incidência de pobreza, que as fronteiras estaduais constituem uma barreira ao fenômeno do transbordamento espacial.

Considerando os resultados dos trabalhos supracitados de Morandiet *al* (2012) e Magalhães e Toscano (2010b), a análise de convergência parece não funcionar bem para o Espírito Santo. Tendo isso em mente, Franklin (2012) utiliza os elementos teóricos da abordagem estruturalista de Celso Furtado, relacionando a estrutura fundiária do Espírito Santo com as causas da desigualdade regional do estado. Como justificativa para a utilização desse referencial teórico, Franklin (2012) destaca o fato de a agricultura ser a atividade econômica mais importante para mais da metade dos municípios capixabas. Além disso, o fato de o estado capixaba ser um dos poucos estados do Brasil que apresenta uma tendência de concentração de terras, juntamente com Alagoas e Minas Gerais. O índice de Gini de concentração fundiária capixaba, por exemplo, aumentou em 40% de 1960 a 2006 (FRANKLIN 2012, p. 2). Os resultados encontrados pelo autor indicam a existência de uma relação inversa entre concentração fundiária e o potencial de desenvolvimento econômico dos municípios. O autor ainda observa que a inclusão de elementos como longevidade e nível de educação no modelo permite observar que em regiões com elevados níveis de concentração “a dinâmica de desenvolvimento se torna de tal forma excludente que uma ampliação da renda *per capita* possui resultados líquidos nefastos para o desenvolvimento humano coletivo” (FRANKLIN 2012, p. 15).

Araújo e Grassi (2013) tentam compreender a desigualdade regional no estado por meio do estudo do comportamento e desempenho do sistema financeiro capixaba. Utilizando para tanto elementos teóricos da abordagem pós-keynesiana, como a não neutralidade da moeda e preferência pela liquidez, além do princípio da causação circular cumulativa desenvolvida por Gunnar Myrdal. A não consideração da neutralidade da moeda abre espaço para que o sistema bancário desempenhe papel importante na economia. Partindo da abordagem centro-periferia de Myrdal, os bancos ao se concentrarem em determinadas regiões podem desencadear efeitos cumulativos que acentuem ainda mais a desigualdade regional, fazendo a economia divergir da trajetória de equilíbrio. Esse é o caso quando os bancos escolhem se localizar no centro e não na periferia. Na periferia, a preferência pela liquidez dos bancos é maior devido à maior incerteza. Como consequência a oferta de crédito é menor, restringindo a atuação do multiplicador bancário. No centro ocorre o oposto, pois ao apresentar uma economia mais diversificada o centro permite também a diversificação das

estratégias de investimento dos bancos, diminuindo os riscos e a incerteza, refletindo na oferta de crédito.

Utilizando a técnica de análise fatorial Araújo e Grassi (2013) apresentam um índice de Potencial de Desenvolvimento Financeiro (PDF) que captura a dinâmica financeira de cada município. Essa técnica possibilitou aos autores constatarem que as instituições financeiras adotam estratégias diferenciadas no território capixaba – no que se refere a empréstimos, financiamentos, depósitos etc. – E que esse comportamento ajuda a explicar a crescente disparidade regional verificada no estado. Os resultados mostram que grande parte dos fluxos financeiros está concentrada na RMGV e municípios litorâneos, conforme ilustrado na figura abaixo. Os melhores índices de PDF foram encontrados em Vitória e municípios vizinhos (Vila Velha, Serra e Cariacica), e nos principais municípios do interior do estado: Cachoeiro de Itapemerim, Linhares e Colatina. Entretanto, do total de 78 municípios do Espírito Santo, 58 – localizados principalmente na porção oeste do estado – apresentaram um índice de PDF baixo (B) ou muito baixo (MB), sendo considerados pelos autores como sendo periféricos e excluídos financeiramente (ARAÚJO e GRASSI 2013, p. 17).

3.1 Desigualdade no Espírito Santo: Indicadores Selecionados

O cenário de disparidade no Espírito Santo é em grande medida resultante da evolução da economia capixaba, que principalmente a partir do período da industrialização, se deu sob um elevado grau de desigualdade. A crise da cafeicultura somada aos investimentos na fase dos “grandes projetos” ditaram o movimento migratório, da periferia para o centro, isto é, da agricultura decadente no interior para a atividade industrial na região de Vitória. Essa dinâmica acentuou o caráter espacialmente concentrador da atividade econômica capixaba. A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), por exemplo, embora ocupe apenas 5% do território do Estado, concentra quase a metade da população,¹⁰ e contribui com 63% do PIB Estadual (dados de 2010).

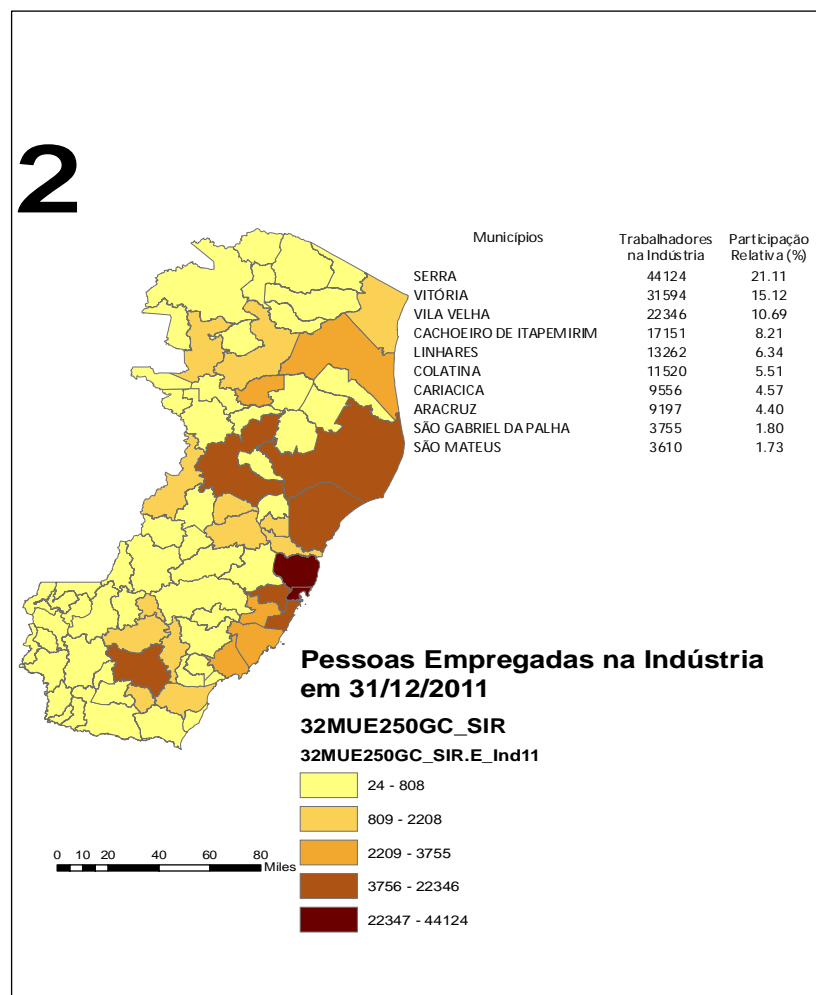
¹⁰Magalhães e Toscano (2011a) verificam que as cidades do Espírito Santo apresentam uma distribuição de “cauda longa”, onde poucos municípios concentram a grande maioria da população do estado e os demais municípios concentram parcelas consideravelmente menores, evidenciando um processo de polarização populacional nas cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Outro problema a ser destacada é a concentração produtiva. Verifica-se que das 200 maiores empresas instaladas no Espírito Santo 154 (77%) se localizam nos municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).¹¹ No município de Vitória se concentra o setor de serviços, inclusive os relacionados ao comércio exterior, além da administração pública. O município da Serra concentra grandes plantas industriais, como Arcelor Mittal Tubarão e Vale. No município litorâneo de Aracruz se encontra a Fibria, uma das maiores empresas brasileiras de celulose e papel. Linhares, por seu turno se beneficia da expansão da produção de petróleo e gás natural ocorrida nos últimos anos. No litoral sul, no município de Anchieta se encontra a Samarco mineração.

Com o auxílio do Mapa 2, podemos visualizar indícios da alta concentração espacial da atividade industrial do Espírito Santo. O mapa indica que a população empregada no setor industrial está fortemente concentrada na região litorânea do estado, com foco nos municípios de Vitória e Serra. A RMGV concentra cerca de 55% dos trabalhadores capixabas desse setor, e os municípios litorâneos de Linhares e Aracruz se destacam ocupando respectivamente a 5º e a 8º posição no ranking dos municípios que mais empregam os trabalhadores industriais. No interior do estado, apenas os pólos de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina se destacam, abrigando, respectivamente, 8,2% e 5,5% dos trabalhadores industriais. Além disso, Magalhães e Toscano (2011b) verificam um alto grau de concentração, na RMGV, dos investimentos previstos para o quinquênio 2008-2013 no Espírito Santo. Reforçando o caráter espacialmente concentrador da economia capixaba.

¹¹ Anuário IEL 200 Maiores Empresas do Espírito Santo Edição 2013. O Ranking utiliza o critério da receita operacional bruta para classificar as empresas.

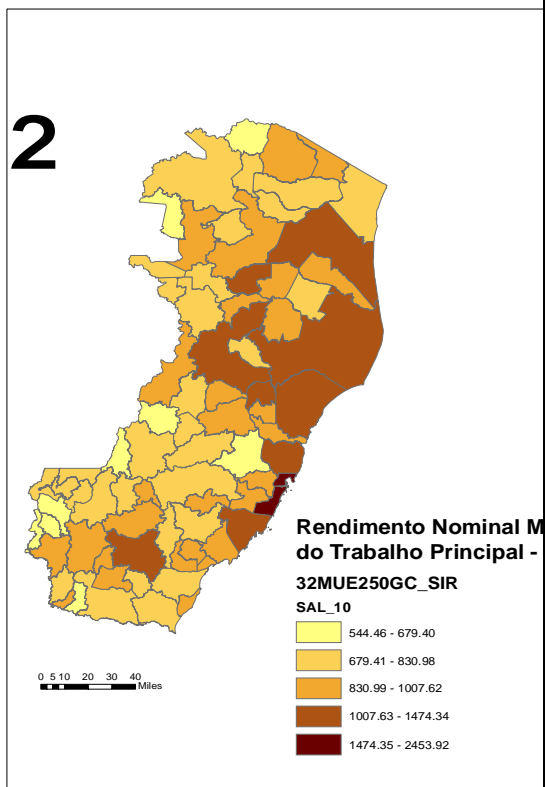
Mapa 2 – Pessoas Empregadas na Indústria em 31/12/2011



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS).

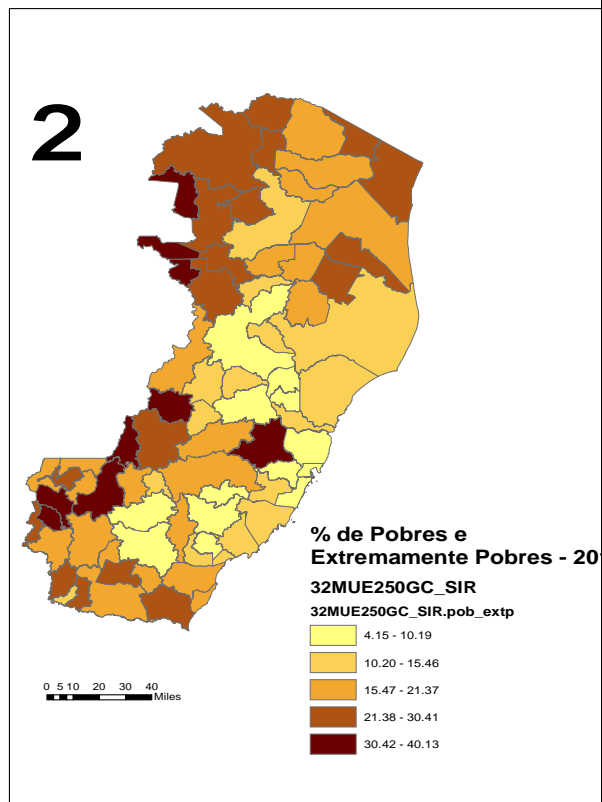
Conforme observado por Siqueira (2001, p. 97) a desigual distribuição espacial da atividade econômica produziu desequilíbrios em nível regional que acabaram por refletir no nível de vida da população pelas diversas regiões. Quando se analisa a distribuição espacial da renda (Mapa 3), por exemplo, ou a incidência de pobreza (Mapa 4) constata-se semelhante padrão espacial de desigualdade, onde municípios litorâneos tendem a apresentar melhores resultados em relação aos municípios localizados na porção oeste do estado.

Mapa 3 – Rendimento Nominal Médio do Trabalho Principal – 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE - Censo Demográfico de 2010.

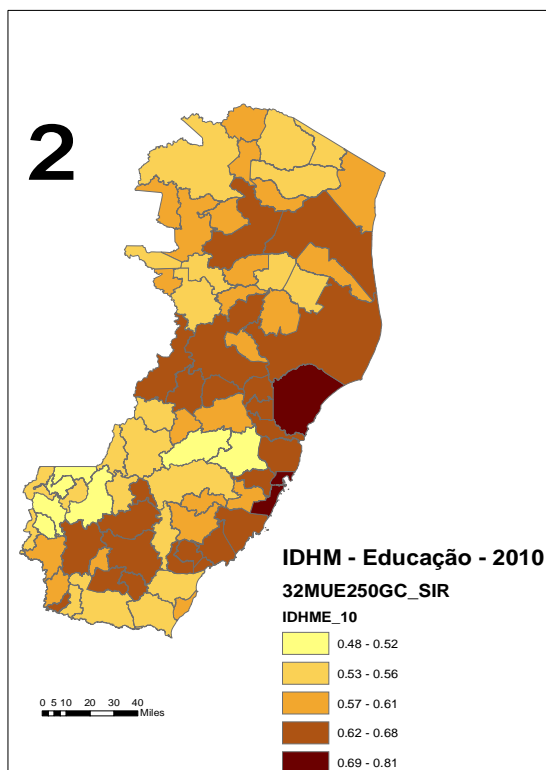
Mapa 4 - % Pobres e Extremamente Pobres - 2010



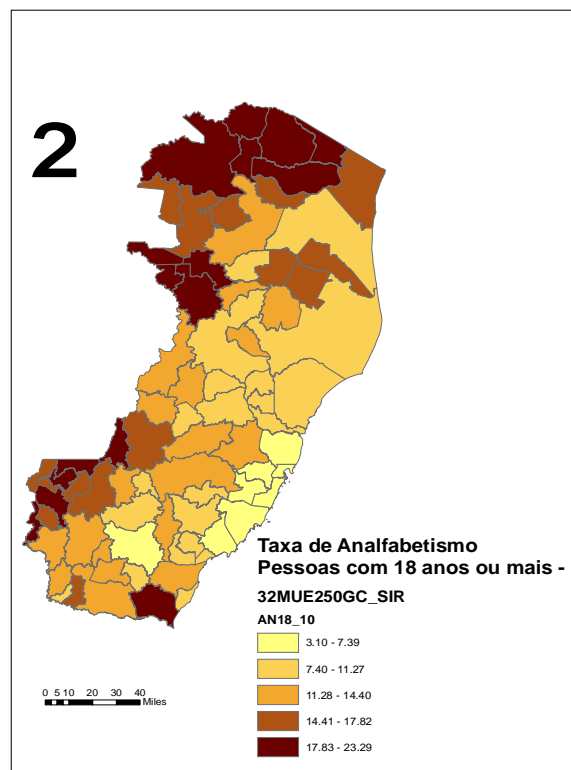
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013.

Os mapas 5 e 6 apresentam indicadores relacionados à educação. Ambos reforçam a ideia de que uma boa forma de compreender questões de desigualdade no Espírito Santo é analisando a dicotomia leste versus oeste. Com base nas variáveis apresentadas podemos depreender que municípios que concentram a atividade econômica, localizados principalmente no litoral do estado, apresentam, também, melhores resultados em indicadores sociais.

Mapa 5 – IDHM Educação – 2010



Mapa 6 – Taxa de Analfabetismo das Pessoas de 18 Anos ou Mais – 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico de 2010.

Considerações Finais

Dentre as justificativas para o relativo atraso da economia capixaba surgem àquelas relacionadas à sua herança histórica, remontando desde o período colonial. Às características das relações de produção internas e também a forma como o Espírito Santo se integrou à dinâmica nacional. O fato é que o crescimento econômico acima da média nacional durante vários anos não refletiu na representatividade do estado capixaba. O estado ainda passa despercebido no cenário nacional.

Internamente, a evolução da economia capixaba se assentou em um alto grau de disparidade entre suas regiões. Principalmente a partir do período da industrialização. Com o advento dos

“grandes projetos”, na década de 1970o caráter espacialmente concentrador da economia capixaba foi reforçado, devido à própria natureza dos empreendimentos, que, por visarem a produção de *commodities* voltadas para a exportação, foram estrategicamente concentradas no litoral do estado. Ademais, os baixos efeitos de encadeamento a montante e a jusante dessas estruturas especializadas impediram que os ganhos se distribuíssem por todo o estado, restringindo-se, a poucos municípios, principalmente aos litorâneos. Soma-se ainda o fato de que a magnitude das plantas industriais instaladas teve em vista assegurar a competitividade dos empreendimentos em nível internacional, fato que suscitou um grande movimento migratório do interior para o litoral, mais precisamente para os municípios que hoje conformam a RMGV.

Destarte, com a decadência da cafeicultura e com o subsequente advento dos “grandes projetos” o Espírito Santo assistiu a conformação de um território deveras desigual, caracterizado por um centro, predominantemente industrial concentrado no litoral do estado, principalmente em torno da capital, e uma periferia, predominantemente agrícola, no interior do estado.

Dessa forma, tendo em vista a incapacidade que o modelo de crescimento baseado nos “grandes projetos” tem em fomentar os efeitos de transbordamento entre os municípios ao longo do território, e ainda que a economia capixaba depende sobremaneira do desempenho das indústrias ligadas à produção de *commodities*. Não se vislumbra, num futuro próximo, mantidas as circunstâncias, mudança significativa na estrutura centro-periferia, no estado.

Uma mudança nessa dinâmica desigual faz-se importante para, ao menos, dirimir a desigualdade na qualidade de vida da população, uma vez que a concentração da atividade produtiva em poucos municípios litorâneos é acompanhada por marcadas diferenças na qualidade de vida da população, onde municípios litorâneos apresentam melhores indicadores sociais em relação aos municípios interioranos.

Referências

ARAÚJO, R. F; GRASSI, R. A. Sistema Financeiro, Crescimento Econômico e Desigualdades Regionais no Espírito Santo: Uma Análise Espacial para os Municípios. In: VI ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 2013, Vitória - ES. **Anais do VI Encontro da AKB**, 2013.

BARROS, R., P; MENDONÇA, R., CARVALHO, M; FRANCO, S; ROSALÉM, A. Pobreza no Espírito Santo. **Texto para Discussão IPEA**, Brasília, n. 1476, mar. 2010.

BITTENCOURT, G. A. M. **Formação Econômica do Espírito Santo**: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535-1980). Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BUFFON, J. A. **O Café e a Urbanização no Espírito Santo**: Aspectos Econômicos e Demográficos de Uma Agricultura Familiar. 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 1992.

.

CAÇADOR, S. B; GRASSI, R. A. A Economia Capixaba no Período Pós-1990: O Processo de “Diversificação Concentradora”. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 23, p. 1-19, 2009.

CAÇADOR, S. B; GRASSI, R. A. A Situação do Espírito Santo no Início do Século XXI: Um Estado Desenvolvido e Periférico? **Revista Geografares**, Vitória, ES, n. 14, p. 107-132, Jun. 2013.

FRANKLIN, R. S. P. Desigualdades regionais e distribuição fundiária no Espírito Santo: uma abordagem estruturalista. In: MAGALHAES, M. A; TOSCANO, V. N.. (Org.). **A Economia do Espírito Santo**: Novas Visões. 1ed. Vitória, ES, 2012, p. 101-119.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em: 12/07/2012.

_____. **Censo Industrial de 1960**: Espírito Santo - Rio de Janeiro Guanabara. v. 3 Tomo V.

_____. **Censos Econômicos de 1975**: Censo Industrial Espírito Santo. Rio de Janeiro, v. 2 Tomo XV. 1979.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 1990**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18/07/2012.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18/07/2012.

INSTITUTO EUVALDO LODI. **Anuário IEL 200 Maiores Empresas Espírito Santo Edição 2013**. Disponível em <http://issuu.com/nexteditorial/docs/bloco1_200maiores_2013_montagem_bai> Acesso em: 22/11/2012.

LEITE, L. M; SILVA, S, P. Evidências de Transbordamento da Pobreza e da Concentração de Renda Entre os Municípios do Espírito Santo e seus Vizinhos em Outros Estados. **Texto para Discussão IJSN**, Vitória, ES, n. 25, 2011

LEITE, L. M; MAGALHÃES, M., A. Desigualdades Intraestaduais no Espírito Santo: Uma Abordagem Espacial Explanatória. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 38, n. 1 (ano 36) p. 55-92 jan./abr. 2012.

MACEDO, F. C. **Integração e Dinâmica Regional**: O Caso Capixaba (1960-2000). 2002. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2002.

MACEDO, F. C; MAGALHÃES, D. F. Formação Econômica do Espírito Santo: do isolamento relativo à inserção aos mercados nacional e internacional. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 16, p. 61-99, 2011.

MAGALHÃES, M. A; Toscano, V. N. Grau de Abertura da Economia do Estado do Espírito Santo no Período 1º trim./04 – 2º trim./09. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.37, n.4, p.225-240, 2010a.

MAGALHÃES, M. A; TOSCANO, V. N. Crescimento Econômico e Bem-Estar nos Municípios do Espírito Santo. **Texto para Discussão IJSN**, Vitória, ES, n.15, 2010b.

MAGALHÃES, M., A., TOSCANO, V., N. Hierarquia Urbana e Polarização Populacional: um estudo a partir de cidades do Espírito Santo. In: Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari; Rogério Arthmar. (Org.). **Novas Leituras sobre a Economia do Espírito Santo**. Vitória ES, 2011, v. 01, 2011a, p. 121-146.

MAGALHÃES, M., A.; TOSCANO, V., N. Medindo a Concentração de Investimentos Regionais: O Caso do Estado do Espírito Santo. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, Brasília v. 36, p. 145-170, 2011b.

MAGALHÃES, M. A.; TOSCANO, V. N. Há Diferenças Entre as Pautas de Exportação e Importação do Estado do Espírito Santo? **Revista Economia e Tecnologia (RET)**, Paraná, v. 8, n. 3, p. 85-94, jul./set. 2012.

MORANDI, A; PELA, A.C; TRINDADE, L. Z; BISSOLI, C. Convergência de Renda e Dinâmica Regional no Espírito Santo. In: OLIVEIRA, C. W. A; MONASTERIO, L. (Orgs.). **Dinâmica Regional e Convergência de Renda**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012, p. 101-134.

OLIVEIRA, U. J; FELIPE, E. S; VILLASCHI FILHO, A. O Estado como elemento indutor do desenvolvimento econômico-industrial do Espírito Santo, no contexto da República. **Revista Ágora**, Vitória, v. 7, p. 1-25, 2011.

PEREIRA, G. H. **Política Industrial, Instituições Locais e Desenvolvimento Regional: O Caso do Espírito Santo**. 1996. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 1996.

PEREIRA, L. V; MACIEL, D. S. O Comércio Exterior do Estado do Espírito Santo. In: VESCOVI, A. P; BONELLI, R. (org.). **Espírito Santo: Instituições, Desenvolvimento e Inclusão Social**. Vitória, ES, 2010. [ver se foi citado]

ROCHA, H. C; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e Grande Indústria: A Transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória, ES: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

SIQUEIRA, P. **Industrialização e Empobrecimento Urbano: O Caso da Grande Vitória, 1950-1980**. Vitória, ES: EDUFES, 2001.